



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 290, DE 2023

(Do Sr. Léo Prates)

Dispõe sobre a possibilidade de dedução do imposto de renda (IR) de pessoas físicas e jurídicas a fundos controlados por Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional da pessoa com deficiência, e dá outras providências

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-244/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

Apresentação: 06/02/2023 14:02:09.663 - MESA

PL n.290/2023

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023
(Do Sr. Leo Prates)

“Dispõe sobre a possibilidade de dedução do imposto de renda (IR) de pessoas físicas e jurídicas a fundos controlados por Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional da pessoa com deficiência, e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do artigo 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a seguinte redação:

“Art.

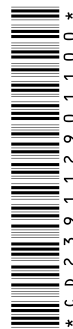
12.....
.....
.....

I - as contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso, e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional da pessoa com deficiência.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o IBGE, há no Brasil mais de 17,2 milhões de pessoas com deficiência. Isso corresponde a 8,4% da população.



* C D 2 3 9 1 1 2 9 0 1 1 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

Apresentação: 06/02/2023 14:02:09.663 - MESA

PL n.290/2023

Considerada um dos maiores problemas do Brasil, a [desigualdade](#) atinge ainda mais duramente [pessoas com deficiência física ou mental](#). A constatação está na pesquisa Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais, divulgada em setembro de 2022 pelo [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#).

Pesquisa mostra que participação no mercado de trabalho e renda de deficientes é menor que a de quem não tem deficiência;

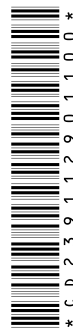
O acesso à educação é outro problema. O Censo Escolar de 2019 mostra que a proporção de escolas do ensino fundamental com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência chega a 55%. No ensino médio essa proporção é de 67,4%.

O objetivo do presente projeto é fomentar a indicação pessoal e espontânea dos brasileiros para doação de parte de seu imposto de renda para o setor, mediante o incremento de receitas a fundos controlados por Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional da pessoa com deficiência.

Estes são os fundamentos que justificam o pleno apoio dos ilustres Pares à Proposição.

Sala de Sessões, em _____ de _____ de 2023

LEO PRATES
Deputado Federal
PDT/BA



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995-12-26:9250

FIM DO DOCUMENTO